



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITO PROCESSUAL E PROPEDÊUTICAS**  
**CURSO DE DIREITO**

**LEI Nº. 0200, DE 29/04/2017**

Dispõe sobre o seminário referente à segunda unidade da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito, com o tema de Normativismo Jurídico de Kelsen, adaptado ao caso do julgamento mediante júri popular de Orenthal James Simpson, ocorrido em 03 de Outubro de 1995, no estado da Califórnia - EUA.

O Grupo 04, doravante denominado **LIE TO MORTON** sanciona a seguinte lei:

**Art 1º** Esta lei estabelece normas gerais sobre a apresentação do seminário referente à nota da segunda unidade da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito, ministrada por Morton Luiz Faria de Medeiros, doravante denominado **O DOCENTE**, durante o primeiro semestre letivo de 2017.

Parágrafo único. O grupo basear-se-á na série “American Crime Story: The People V. OJ Simpson” e no normativismo jurídico de Hans Kelsen para compor um júri simulado, doravante denominado **ENCENAÇÃO**, seguido de explanação em caráter didático, doravante denominada **APRESENTAÇÃO**. Por fim, deve-se, consonante com as normativas estabelecidas pelo Docente, abrir espaço para esclarecimentos e questionamentos.

**Art 2º** Subordinam-se ao regime desta Lei os 7 (sete) integrantes do grupo 04.

§ 1º Aos respectivos integrantes, caberão as seguintes partes da encenação:

- I - Ana Beatriz de Souza Araújo: Jurada;
- II - Beatriz Alves Macena Lima: Promotora de Justiça;
- III - Bruno Grande Rodrigues: Advogado;
- IV - Cleto Vinícius Ferreira Salustino de Freitas Barreto: Jurado;
- V - João Luís de Carvalho Lopes Dantas: Juiz;
- VI - Marcos Lúcio Cardoso da Silva: Jurado;
- VII - Nathália Leite de Medeiros: Narradora.

§ 2º Aos referidos integrantes, caberão as respectivas abordagens a respeito do normativismo jurídico de Hans Kelsen na apresentação:

I - Ana Beatriz de Souza Araújo: Validade e eficácia de Leis;

II - Beatriz Alves Macena Lima: Aplicação do normativismo na acusação;

III - Bruno Grande Rodrigues: Críticas ao normativismo jurídico kelsiano;

IV - Cleto Vinícius F. S. F. Barreto: Norma hipotética fundamental, concepção de Justiça e Direito;

V - João Luis de C. L. Dantas: Coação das normas, norma primária e secundária, teoria pura do Direito;

VI - Marcos Lúcio Cardoso da Silva: Ato objetivo e subjetivo;

VII - Nathália Leite de Medeiros: Aplicação e explicação geral do normativismo jurídico de Kelsen delimitado à esfera do júri simulado e às concepções contemporâneas do Direito.

**Art 3º** Esta lei reconhece como sugestões de leitura para melhor acompanhamento do trabalho a ser apresentado:

I - KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 8.ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009:

a) capítulo I: Direito e Natureza;

b) capítulo II: Direito e Moral;

c) capítulo III: Direito e Ciência;

II - COELHO, Fábio Uchoa. Para entender Kelsen. 6.ed. Saraiva, 2012.

III - Seriado “American Crime Story - The People v. O.J. Simpson”, produzido pelo canal americano FX e disponível no Netflix.

**Art 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação no diário oficial da turma, em espaço apropriado no SIGAA.